

COMEMORAÇÕES E MEMÓRIAS DA CABANAGEM*

*Eliana Ramos Ferreira***

Apresentação

O presente artigo pretende refletir sobre a recriação da Cabanagem como movimento político e social que marcou a história do Pará Regencial, a partir das comemorações cívicas e da produção historiográfica. Para isso, focaliza três momentos distintos do processo de construção da memória a ser eleita do movimento, através das comemorações realizadas em datas consideradas marcos para a celebração da memória da Cabanagem.

No primeiro momento, serão focalizadas as celebrações realizadas ainda em 1840, data oficial do término da Cabanagem e a produção historiográfica da segunda metade do século XIX; em outro momento a produção historiográfica pela comemoração do centenário em 1836; e, por último, as comemorações pelo Sesquicentenário, em 1985.

Comemorações, memória e historiografia

A Cabanagem causou profundo impacto tanto no aspecto físico da cidade de Belém – e da Província do Pará – quanto no psicossocial de seus habitantes.

* Este artigo é uma reflexão parcial de pesquisa de mestrado, do capítulo I “Comemorações e Memórias da Cabanagem” contido na dissertação: *Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX*. Dissertação defendida no Programa de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1999, sob a orientação da professora doutora Maria Izilda Santos de Matos.

** Professora do Núcleo Pedagógico Integrado/NPI – Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, e da Secretaria Municipal de Educação de Belém.

Bates, viajante que chegou por volta de 1848 e permaneceu até 1859, direcionou sua percepção, não só para o aspecto físico da cidade mas, também, para o impacto que a Cabanagem causou no âmbito psicossocial. A confiança na ordem e segurança, em 1848, ainda não havia se estabelecido de todo, sobretudo nos indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade:

Embora fizesse doze anos que a situação se mantinha calma, quando ali chegamos a confiança ainda não tinha sido totalmente restabelecida, e os negociantes e mercadores portugueses não se aventuravam a ir morar nas suas belas chácaras ou rocinhas, localizadas nos arredores da cidade e no meio de luxuriantes e ensombrados jardins.

Na realidade, o que está subjacente na observação de Bates é a permanência, na memória coletiva¹ dos contemporâneos da Cabanagem, de um tempo, que da perspectiva oficial e hierarquia social significou desordem, anarquia, roubos e violações às propriedades, normas e valores.

Nessa direção, símbolos de reafirmação da ordem e enaltecimento dos grandes feitos das ações dos “pacificadores” da Província deveriam ser instituídos, como forma de higienizar, em estratégia de assepsia histórica, não só o espaço físico da cidade onde se desenrolaram os combates entre cabanos e forças legais, mas também a memória coletiva a ser construída em torno do movimento como acontecimento histórico.

Neste sentido, a comemoração cívica da data 13 de maio de 1836 reveste-se de profundo significado. É a data de retomada de Belém pelos agentes do governo imperial. O jornal *Treze de Maio*, em seu editorial de 1840, esclarece seus leitores:

Autorizados pelo Exm^o Governo da Provincia a publicar os seus actos, encarregamo-nos do cumprimento d’este dever com inexplicavel satisfação porque acreditamos, que com este nosso proceder fazemos um serviço à nossa Provincia, cujo estado, circunstancias e melhoramentos dos nossos concidadãos das mais distantes Provincias. Nem um título nos

1 O recurso da memória coletiva é empregado, conforme Michael Pollak numa perspectiva construtivista, no sentido de “analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”. Pollak, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Edições Vértice, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4. Ver também Lowenthal, David. Como conhecemos o Passado. In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica/SP*. São Paulo, Educ, nov. 1998. Bosi, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

pareceu mais adequado de que o de “Treze de Maio” d’esse dia memorável nos fatos da História do Paraense – dia de doces recordações, em que a legalidade conseguiu triunfar dos desastrosos feitos e negros planos da rebeldia – apoderando-se da capital da Província (...).²

O triunfo das forças legais deixou marcas de “doces recordações”, de acordo com a imagem veiculada pelo jornal, contrastando com a imagem dos atos dos cabanos, que seriam “desastrosos feitos e negros planos de rebeldia”.

Na parte de notícias oficiais do respectivo jornal do dia 7 de maio, há a informação da celebração, no dia 13, na Catedral de Belém, de um *Te-Deum Laudamus* em ação de Graças pelo aniversário do triunfo da legalidade na cidade³.

A memória eleita para as celebrações estava vinculada às ações do Estado Imperial e ao triunfo de suas forças, expurgando a Cabanagem como movimento que expressou os anseios de mudança dos sujeitos provenientes das camadas populares da Província do Pará.

Outra via de construção dessa memória foi através da historiografia. Esta situa-se entre vertentes extremas.

A oitocentista, que serviu de referencial aos estudos posteriores, foi fundada pelo historiador Domingos Antônio Rayol⁴, *Motins Políticos ou Histórias dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Constituiu-se destaque por discutir a densidade da revolta, mesmo procurando matizar negativamente os cabanos como indivíduos da mais alta periculosidade, uma turba formada por malfeitores, ladrões, assassinos. Na escrita de Rayol, perpassa uma visão depreciativa do movimento cabano, cujas ações se desenvolviam num ambiente de “anarquia”, o que ele considerava “desordens das turbas, turbas amotinadas”⁵.

2 Pará. Typ. De Santos e Menos, rua d’Alfama, n. 15. Jornal *Treze de Maio*, n. 1, 13 de maio de 1840.

3 A rua onde morava Eduardo Angelim – um dos líderes da Cabanagem –, Rua Formosa, foi denominada Rua 13 de maio – permanecendo até hoje.

4 Domingos Antônio Rayol ingressou na política paraense vinculando-se ao Partido Liberal, pelo qual foi eleito deputado. Foi funcionário do Estado Imperial, parlamentar, historiador e monarquista convicto. Originalmente sua obra dividia-se em cinco volumes, condensada nos Tomos I, II, III, IV e V, publicados em 1865/1868, 1883/1884 e 1890, respectivamente. A Universidade Federal do Pará relançou a referida obra completa em três volumes, em 1970, dividindo-a em três partes: a primeira abrangendo o período de 1821-1823; a segunda de 1824-1831; e a terceira de 1831-1833.

5 Rayol, Domingos Antônio. *Motins Políticos – ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835*. Belém, UFPA, 1970, p. 803.

O comprometimento de Rayol com uma determinada construção da memória da Cabanagem é percebida ao longo de sua obra. Ele faz recortes históricos e espaço-temporais, sempre privilegiando as ações das forças legais e repressoras, por acreditar que dar visibilidade aos cabanos seria um trabalho improfícuo. Enfatiza na sua narrativa espaços históricos e geográficos em que a legalidade foi mais perene, como a Vila de Cameté, ao afirmar claramente:

(...) por enquanto circunscrevemos a simples traços gerais a índole e caráter dos rebeldes. E sem acompanhá-los nos seus inúmeros assaltos pelo vasto interior da Província, nem descrever cada um dos seus cometimentos brutais, o que por certo seria trabalho insano e improfícuo, continuaremos contudo a dar notícia dos mais interessantes, demorando-nos em Cameté por ter sido esta vila o baluarte inexpugnável da legalidade.⁶

A ação dos cabanos é retratada como assaltos, brutalidade, enfim, adjetivos que os nivelavam aos instintos das feras. A correlação de forças, entre cabanos e governo, aparece em vários níveis, mas principalmente nos campos de batalha e no Parlamento.

As comemorações pela ocasião do Centenário da Cabanagem também enveredam pela produção historiográfica, com a publicação de quatro obras referentes ao movimento⁷. É a vertente memorialística, a qual registra a obra de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), sobretudo a partir de 1936. Essa instituição organizou e conduziu as comemorações do centenário da Cabanagem.

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) seguia a orientação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no sentido de suprir a necessidade de ser construída uma história da nação, recriando o passado⁸. Sublimando a importância – que se constituía em meta – de se inaugurar uma historiografia nacional e original, produzir uma história com perspectivas nacionalistas e de exaltação à nação, o saber produzido teria a marca do saber oficial em defesa da unidade nacional.⁹

6 Idem, op. cit., p. 901.

7 Duas escritas por Jorge Hurley (citadas no texto); uma escrita pela bisneta de Eduardo Angelim, Dilke Barbosa Rodrigues, *A Vida Singular de Angelim* (Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1936); outra, de Ernesto Cruz, *Nos Bastidores da Cabanagem* (Belém, Oficina Gráfica da Revista Veterinária, 1942). Contudo, no presente artigo será focalizada a obra de Jorge Hurley, *Traços Cabanos*.

8 Schwarcz, L. M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

9 Ibidem, p. 102. Ver também: Wehling, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio

No Pará, a vertente memorialística da Cabanagem teve como expoente o desembargador Jorge Hurley, que era militar e presidente do IHGP. Suas duas obras em comemoração ao centenário da Cabanagem, em 1936, intitulam-se *Traços Cabanos*¹⁰ e *A Cabanagem*¹¹.

Nestas obras a memória da Cabanagem começava a se modificar, deixando de ser somente um motim ou sedição anárquica, e ganhava contornos de um movimento social e político que aglutinara interesses diversos. Contudo, as comemorações centenárias da Cabanagem ainda enalteciam a memória dos “vencedores”.

A data de efetivação dos festejos ainda foi o 13 de maio de 1836, assim como as comemorações de 1840, e celebraram a data em que as tropas legais retomaram o poder na cidade de Belém, até então em poder dos cabanos, onde estes haviam se estabelecido, desde 7 de janeiro de 1835.

Estas obras revestem-se de uma discreta simpatia pelo movimento cabano, buscando reverter o adjetivo de *ser cabano*, assumido pelas lentes da legalidade como um grupo “malvado”, “perigoso” e que “desafiava a ordem”. São reconhecidos os motivos – as “causas” – que levaram à eclosão da Cabanagem como justas, ou seja, Hurley pretendia uma restauração da figura do cabano como sujeito participativo da construção da nação e de uma identidade nacional.

As comemorações de 1936 buscavam processar a reabilitação dos “cabanos”, os quais foram desqualificados social, étnica e politicamente pelas comemorações imediatas ao movimento e pela produção historiográfica da segunda metade do século XIX.

Pelo Sesquicentenário, as celebrações foram marcadas pela realização de uma série de festividades. Houve a inauguração de monumento – Memorial da Cabanagem, projetado por Oscar Niemeyer, em cujas dependências foi instalado o Museu da Cabanagem comportando em seu interior os restos mortais do Padre João Gonçalves Batista Campos –, lançamento de selos, de concurso de monografias – este sob a responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura –, disputas de torneios de futebol, promovidas pelo governo estadual e pelo clube de Diretores Lojistas de Belém.

de Janeiro. Editora Central da Universidade Gama Filho/Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

10 Hurley, Jorge. *Traços Cabanos*. Belém, Off. Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1936.

11 Hurley, Jorge. *A Cabanagem*. Belém, Livraria Clássica, 1936.

Os festejos comemorativos dos 150 anos do movimento Cabano, diferentemente do centenário, foram realizados no mês de janeiro de 1985. Configurou-se outro momento da construção da memória da Cabanagem, firmando-se a data do dia 7 de janeiro de 1835 como marco das comemorações oficiais do movimento. Agora, enaltecido como movimento político e social, fruto da ação do povo paraense, de um passado de glória solidamente ancorado pelo maior movimento de massa da história do Brasil que lutou heroicamente pela liberdade. Justamente por isso foi dura e sangrentamente combatido e derrotado. No Pará, era governador o Sr. Jáder Barbalho, do PMDB, que se apropriou da memória da Cabanagem como símbolo de luta contra uma realidade de opressão e injustiças sociais, políticas e étnicas, esforçando-se em construir uma imagem de ser “povo”.

É dentro desse contexto político¹² que emerge a terceira vertente de obras referentes à Cabanagem, que primam por uma interpretação mais “crítica”, com matizes de um discurso de “esquerda” perpassando uma orientação analítica marxista do movimento.

A Cabanagem, nesses escritos, reveste-se das cores de uma autêntica revolução popular. Os cabanos são vistos como “o povo no poder”, durante o período em que governaram a Província, a partir do palácio governamental; ou seja, é a “tomada do poder institucional”.

Uma das obras a ser destacada é a do sociólogo Pasquale Di Paolo, *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*¹³. Embora proponha uma análise focalizando o “vencido”, Di Paolo também homogeneiza a figura do cabano através do termo *povo*, não considerando as distensões políticas internas do movimento e nem as diferenças étnicas¹⁴, por exemplo.

A produção de Di Paolo não apresenta um suporte documental oriundo de uma pesquisa arquivística sistemática nos arquivos depositários da documentação sobre a

12 No qual as comemorações também se revestem de conotações políticas.

13 Di Paolo, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém. Conselho Estadual de Cultura, 1985. Trabalho premiado (1º lugar) no Concurso Nacional de Monografias instituído pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará, em comemoração ao Sesquicentenário (150) da Cabanagem.

14 Sobre as distensões políticas internas e as implicações das diferenças étnicas presentes no movimento, ver o trabalho de Pinheiro, L. B. S. P., *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo, PUC-SP, 1998.

Cabanagem. Sua produção pauta-se fundamentalmente na obra de Domingos Rayol, como principal fonte.¹⁵

A recriação do movimento Cabano, notadamente em 1985, a partir da ótica oficial do Estado, procurou resgatar a chama de luta do cidadão paraense, implicou na institucionalização da história dos cabanos, pela valorização das atitudes desses sujeitos e do movimento social que eles formaram e que ousou questionar a ordem estabelecida no Pará imperial – a Cabanagem.

O movimento, no passado imperial, fora execrado da memória do povo paraense, sendo recortado pela historiografia regional do século XIX como ato de “marginais”, de “assassinos” e de “ladrões”. Nos anos 80 deste século, com o país ainda marcado pelos traços da repressão militar e a sociedade vivendo sob a égide da “distensão lenta e gradual” do Estado autoritário, inaugurado em 64 com o golpe militar, buscou-se resgatar a imagem dos cabanos focalizando-os como heróis, exemplo e orgulho do cidadão paraense. Esse contexto histórico nacional criava emergência ao surgimento dos movimentos sociais no Brasil como reação aos anos de opressão militar. Era fundamental reacender a chama de luta de uma nação oprimida, que lutava contra um Estado autoritário, resgatando e reapropriando-se da memória, pelos movimentos que tiveram a liberdade em seu horizonte.

É dentro desse contexto que devem ser compreendidas as mudanças pertinentes à construção de uma memória da Cabanagem e a emergência de novos estudos sobre o tema, no sentido de possibilitar a reescrita da história da Cabanagem.

15 Op. cit. Sem dúvida, a obra de Rayol é um marco historiográfico sobre a Cabanagem, podendo-se (e devendo-se) utilizá-la como fonte, mas não como principal fonte. O resgate da memória da Cabanagem impõe à pesquisa histórica sistemática nos arquivos públicos (e também nos particulares), guardiões dos documentos coevos.